

# Recursos

art. 994 CPC → espécies de recursos

@beatriznamiestudies

▶ o recurso nada mais é que um meio, previsto em lei, em que a parte ou interessado pode requerer uma nova análise de uma decisão judicial.

art. 995 CPC → os recursos não impedem a eficácia da decisão, salvo disposição legal ou decisão judicial em sentido diverso.

- Poder do Relator: o Relator pode atribuir eficácia suspensiva
- o art. 997 dispõe sobre o recurso adesivo quando são vencidos autor e réu.
- desistência do recurso: não impede a análise de questão cuja repercussão geral já tenha sido reconhecida
- não caberá recurso em face dos despachos

▶ PRAZO: conta-se da data em que ocorre a intimação da decisão.

↳ **apelação**: as questões resolvidas na fase de conhecimento, se a decisão a seu respeito não comportar agravo de instrumento, não são cobertas pela preclusão e devem ser suscitadas em preliminar de apelação, eventualmente interposta contra a decisão final, ou nas contrarrazões.

- ▶ **contrarrazões das contrarrazões**: 15 dias para manifestar-se a respeito
- ▶ após as formalidades legais os autos serão remetidos ao tribunal pelo juiz, independentemente de juízo de admissibilidade.

▶ **EFEITOS**: A apelação terá efeito **suspensivo**

↳ **EXECUÇÃO**: começa produzir efeitos após sua publicação, podendo pedir a execução provisória, a sentença que:

- 1- homologa divisão e demarcação de terras;
- 2- condena a pagar alimentos;
- 3- extingue sem resolução do mérito ou julga improcedente os embargos do executado;

- 4- julga procedente o pedido de instituição de arbitragem;
- 5- confirma, concede ou revoga tutela provisória;
- 6- decreta a interdição.

@beatriznamiestudies

→ **agravo de instrumento**: contra as interlocutórias, no art. 1015, de modo que as demais decisões proferidas serão atacáveis juntamente com a sentença em apelação.

- 1- tutelas provisórias;
- 2- mérito do processo
- 3- rejeição da alegação de convenção de arbitragem
- 4- incidente de desc. da personalidade jurídica
- 5- rejeição do pedido de limitação do litisconsórcio
- 6- rejeição do pedido de gratuidade da justiça ou acolhimento do pedido de revogação
- 7- exibição ou posse de doc. ou coisa
- 8- exclusão de litisconsorte
- 9- admissão ou inadmissão de intervenção de terceiros;
- 10- concessão, modificação ou revogação do efeito suspensivo aos embargos à execução.
- 11- redistribuição do ônus da prova
- 12- decisões interlocutórias proferidas na fase de liquidação de sentença ou de cumprimento de sentença, no processo de execução e no processo de inventário.

→ **agravo interno**: contra decisão proferida pelo relator caberá agravo interno pl o respectivo órgão colegiado, observadas, quanto ao processamento, as regras do regimento interno do Tribunal.

▶ prazo pl o agravado é de 15 dias

→ **embargos de declaração**: contra qualquer decisão judicial para: esclarecer obscuridade ou eliminar contradição, suprir omissão e corrigir erro material.



## Recurso ordinário:

- ao STF: contra decisão denegatória de mandado de segurança proferida em única instância por tribunal superior; também contra decisão denegatória de mandado de segurança proferida em única instância por tribunal superior ou contra decisão denegatória de mandado de injunção proferida em única instância por tribunal superior.

↳ PRAZO: 15 dias

- ao STJ: contra decisão denegatória de mandado de segurança proferida em única instância por tribunal regional federal, tribunal estadual ou tribunal do DF e territórios; contra decisão de qualquer conteúdo proferida em única instância por juiz federal, nas causas em que forem partes, de um lado, Estado estrangeiro ou organismo internacional e, do outro, município ou pessoa residente ou domiciliada no BR.

↳ PRAZO: 15 dias

## Recurso especial:

@beatriznamiestudies

- ao STJ: contra decisão que seja contrária a tratado ou lei federal, ou negar-lhes vigência, proferida, em única ou última instância, por tribunal regional federal e territórios.

Contra decisão que julgar válido ato de governo local contestado em face de lei federal, proferida, em única ou última instância, por tribunal regional federal, tribunal estadual ou tribunal do distrito federal e territórios.

Contra decisão que der à lei federal uma interpretação diferente da que lhe haja atribuído outro tribunal, proferida, em única ou última instância, por tribunal reg. federal, trib. Estadual ou tribunal do DF e territórios.

↳ PRAZO: 15 dias

## Recurso extraordinário:

- ao STF: contra decisão que contrariar dispositivo da Constituição, proferida em única ou última instância por qualquer tribunal.

Contra decisão que declarar inconstitucionalidade de tratado ou lei federal, proferida em única ou última instância por qualquer tribunal.

Contra qualquer decisão que julgar válida lei local contestada em face de lei federal, proferida em única ou última instância por qualquer Tribunal.

↳ PRAZO: 15 dias

@beatriznamiestudies

## ▶ **aditivo em:** RECURSO ESPECIAL ou extraordinário

- **recurso especial:** contra decisão de inadmissão de recurso especial ou extraordinário proferida pelo Tribunal de origem.

↳ PRAZO: 10 dias

- **recurso extraordinário:** contra decisão de inadmissão de recurso extraordinário proferida pelo Tribunal de origem.

↳ PRAZO: 10 dias

## ▶ **embargos de divergência:**

- **no STJ:** contra decisão proferida por Turma do STJ em julgamento de recurso especial, que divergir de outra já prolatada por outro órgão da Corte da Cidadania.

↳ PRAZO: 15 dias

- **no STF:** contra decisão que for divergente de outra já prolatada por outro órgão guardião da CF.

↳ PRAZO: 15 dias